



## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data</b> 11/02/2019	<b>Proposição</b> MEDIDA PROVISÓRIA 868/2018			
<b>Autor</b> Deputado Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ)				<b>nº do prontuário</b>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input type="checkbox"/> Aditiva    5. <input checked="" type="checkbox"/> <b>X Substitutivo Global</b>				
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>5º</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera-se o §2º-A e inclui-se o §3º ao artigo 13 da Lei nº 11.445, de 2007, alterado pelo artigo 5º da Medida Provisória 868, de 2018, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º. A Lei nº 11.445, de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 13. ....

§ 1º-A Os recursos dos fundos a que se refere o **caput** poderão ser utilizados como fontes ou garantias em operações de crédito para financiamento dos investimentos necessários à universalização dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 2º-A Na hipótese de delegação onerosa de serviços de saneamento básico pelo titular, os recursos decorrentes da outorga pagos ao titular poderão ser destinados aos fundos previstos no “caput” e utilizados para fins de universalização dos serviços de saneamento básico.

§ 3º -A A União poderá constituir fundo específico para incentivar a regionalização dos serviços de saneamento básico, com vistas a conferir viabilidade técnica e econômico-financeira dos referidos serviços em Municípios de pequeno porte”. (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Quanto à alteração do §2º-A do artigo 13 da Lei nº 11.445/07, é importante que o titular dos serviços públicos de saneamento básico tenha autonomia orçamentária para utilizar os recursos da outorga. Lembre-se que há situações em que, por exemplo, o montante pago a título de outorga poderá ser utilizado para importantes ações relacionadas à melhoria do saneamento básico, mas que não sejam, necessariamente, para universalização desses serviços, universalização essa de atribuição do delegatário dos serviços.

Com a introdução ao artigo 13, do § 3º-A, busca-se criar mecanismos para que a União atue especificamente no sentido de propiciar a regionalização para viabilizar a prestação dos serviços naquelas localidades em que a prestação individual pelo Município não é possível ou não é viável sob um ou mais aspectos.

Deputado Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ)